CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Brasília-DF, 25 de novembro de 2026



Clique aqui e confira o Folder

Regulamentação da escala 5x2 domina debate sobre negociação coletiva em Mato Grosso

Encontro estadual reuniu lideranças sindicais, representantes patronais e autoridades para debater a redução da jornada de trabalho, a negociação coletiva e a aprendizagem profissional.



O auditório Milton Figueiredo, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), sediou, na manhã desta terça-feira (24), o Encontro Estadual da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2026, com o tema "Negociação coletiva e aprendizagem profissional: direitos, qualificação e oportunidades para a juventude de Mato Grosso".

Promovido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, o evento reuniu representantes patronais e lideranças sindicais da indústria, dos transportes, do comércio, da agricultura, da alimentação e da comunicação.

A regulamentação da escala 5x2, após a recente aprovação da emenda constitucional que estabelece o novo regime de trabalho no país, dominou os debates. Enquanto representantes patronais manifestaram preocupação com o prazo de dois meses para a regulamentação, lideranças sindicais celebraram a conquista, destacando seus benefícios para a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

Redução da jornada é conquista histórica dos trabalhadores



O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fetiemt) e secretário regional do Centro-Oeste da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Ronei de Lima Zimmermann, destacou a importância do encontro para reafirmar a conquista e debater sua implementação.

"A redução da jornada semanal é uma conquista histórica dos trabalhadores. Já fazia parte do debate da elaboração da Constituição de 1988, mas vem de muito antes. Sempre fez parte das lutas de nossos líderes. Não podemos esquecer da luta do saudoso José Calixto, que foi presidente da CNTI, a luta do valoroso Paulo Paim e de vários outros companheiros e, principalmente, a luta do nosso sistema confederativo. As confederações, as federações e sindicatos e as Centrais Sindicais, a exemplo da luta da Nova Central Sindical. E faz parte da luta de todos nós, construindo juntos ao longo de nossa história. As conquistas dos trabalhadores são sempre assim, só acontecem com muita luta, com persistência. Agora, aprovada, não há o que discutir, é implementar. São

duas folgas por semana e a jornada de 42 horas ou 40 horas! Faz parte do jogo democrático o diálogo, por isso esse debate é importante, mas não vamos abrir mão de nossa conquista", destacou Zimmermann.

O auditor fiscal do Trabalho Valdiney Antônio Arruda, coordenador do debate, ressaltou a importância do diálogo na implementação da nova jornada.

"Quanto mais qualidade de vida para quem trabalha, mais produtivos eles serão", afirmou Arruda, destacando que as relações de trabalho devem se adequar à nova norma e que o Ministério do Trabalho está aberto à realização de debates, inclusive por segmentos, para facilitar a construção de soluções.

Participaram do debate, pela representação patronal, a Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Sindicato da Construção Civil de Mato Grosso (Sindicom); pela representação trabalhista, a Fetiemt, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e sindicatos de diversas categorias profissionais.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Cuiabá e Baixada Cuiabana (Sintraiccc), Joaquim Dias Santana, defendeu a implementação da nova jornada e o enfrentamento à pejotização.

"Temos que enfrentar a pejotização, em que as empresas querem transformar seus trabalhadores em MEIs e, assim, retirar seus direitos trabalhistas, mas o trabalhador, em sua aposentadoria, vai sentir a falta dessa proteção social", alertou o sindicalista, defendendo o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Aprendizagem profissional e oportunidades para a juventude

O encontro também marcou o lançamento do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional de Mato Grosso (FEAP/MT), voltado ao fortalecimento da formação profissional e à ampliação das oportunidades para a juventude.

O superintendente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso (SRTE-MT), Gerson Antônio Delgado, organizador do evento, enalteceu a qualidade dos debates e a importância da construção coletiva.

"Estamos sempre à disposição para orientar e promover tanto a negociação coletiva quanto a aprendizagem dos jovens, no sentido de ampliar as oportunidades de formação, sempre em parceria com as entidades representativas dos empregadores e dos trabalhadores", ressaltou o superintendente.

A desembargadora Maria Beatriz Teodoro Ramos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), destacou o protagonismo dos jovens aprendizes no processo de formação, defendendo seu acolhimento, proteção e acesso a oportunidades de conhecimento. "A aprendizagem é um espaço de diálogo e transformação", afirmou.







Participação dos trabalhadores na indústria

Também participaram do evento Vilmar Mendes Galvão, presidente do SITICONRN-MT e vice-presidente da Fetiemt; Claudete Moreno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário e Têxtil do Estado de Mato Grosso (Stivet-MT) e diretora da Fetiemt; Odair Cirino Campos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmicas (Sticomat) e diretor da Fetiemt; e Diego Oliveira, advogado da Fetiemt.

Fonte: Assessoria Fetiemt

Fim da escala 6×1: Marinho orienta empresas a fecharem acordos coletivos até 16 de dezembro

Ministro recomendou agilidade a empresários e trabalhadores antes do início da redução da jornada de trabalho garantida por emenda constitucional

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recomendou que empresários e trabalhadores acelerem as negociações coletivas para definir eventuais mudanças nos dias de descanso semanal antes da entrada em vigor das novas regras que determinam o fim da escala 6×1. A partir de 16 de dezembro, a jornada máxima de trabalho será reduzida para 42 horas semanais, com a garantia de dois dias de repouso remunerado.

As declarações foram dadas durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nesta terça-feira (24). Segundo Marinho, os segmentos da economia que pretendem estabelecer folgas em dias diferentes dos sábados e domingos devem buscar acordos coletivos antes da implementação da nova legislação.

"Recomendo que os empresários corram, que os trabalhadores corram para fechar até o dia 16. Isso é o ideal", afirmou o ministro.

Marinho explicou que, na ausência de negociação coletiva, as empresas deverão cumprir as determinações da emenda constitucional, com dois dias de descanso aos sábados e domingos. A celebração de acordos permitirá maior flexibilidade na organização das jornadas.

"Com acordo, há possibilidade de ser preferencialmente uma folga no domingo e outra folga no que o acordo coletivo disser", declarou.

Marinho defende benefícios da redução da jornada

Questionado sobre a possibilidade de estabelecimentos comerciais deixarem de funcionar durante um dia da semana, o ministro defendeu que os empresários revejam seus modelos de funcionamento e considerem os ganhos de produtividade proporcionados pela ampliação do descanso dos trabalhadores.

"Ninguém vai morrer se fechar um dia, A Europa fecha aos domingos e feriados. Nunca soube ninguém que morreu por falta de alimentos na Europa. Que o empresariado tenha responsabilidade de analisar como adotar a conquista histórica. Um dia de folga melhora produtividade", afirmou.

O ministro também questionou a necessidade de manter estabelecimentos comerciais abertos durante períodos de baixa procura por parte dos consumidores, citando como exemplo o funcionamento noturno dos supermercados.

Mudança beneficiará 36,5 milhões de trabalhadores

A implementação da escala 5×2 ocorre após a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extinguiu a escala 6×1 e estabeleceu dois dias de repouso semanal remunerado. A emenda foi promulgada em 16 de outubro de 2026 e teve sua regulamentação assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com estimativas do governo federal, aproximadamente 14,8 milhões de trabalhadores submetidos atualmente à escala de seis dias de trabalho para um de descanso serão diretamente beneficiados pela mudança.

Outros 21,7 milhões de profissionais que já trabalham cinco dias por semana também serão contemplados pela redução progressiva da jornada, elevando para 36,5 milhões o contingente de trabalhadores beneficiados pelas novas regras.

A transição ocorrerá em duas etapas. Até 15 de dezembro de 2026, permanecerá em vigor o limite de 44 horas semanais. No dia seguinte, a jornada máxima será reduzida para 42 horas. A partir de 16 de dezembro de 2027, entrará em vigor o limite definitivo de 40 horas semanais.

Fonte: Brasil247

AGU pede revogação da liminar de Dino sobre escala 5x2

Para órgão, publicação do decreto de regulamentação cancela decisão

Rafa Neddermeyer/Ag. Brasil



A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu que a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, que estabeleceu regras para a implementação da jornada 5x2 no país, seja revogada. Para o órgão, as ações diretas de inconstitucionalidade de entidades patronais contra a mudança da escala de trabalho são improcedentes.

A AGU afirma que o presidente Lula já editou decreto para regulamentar o fim da escala 6x1 e, dessa forma, a decisão de Flávio Dino não é mais necessária.

Para o governo federal, o decreto permite a adoção de parâmetros estáveis para a negociação entre empregadores e sindicatos de trabalhadores, o que acaba com as dúvidas interpretativas existentes e confere segurança jurídica.

O ministro Flávio Dino concedeu liminar em 12 de novembro ajustando o texto da Emenda Constitucional no que diz respeito a implementação dos dois dias de descanso semanais. A decisão flexibiliza a compensação das horas e dá mais tempo para ocorrer negociação coletiva sobre o ajuste da jornada.

A medida estava em julgamento em plenário virtual, mas um pedido de destaque do ministro Luiz Fux levou a discussão do caso para o plenário físico. Dino, então, solicitou que o colegiado avaliasse todo o mérito das ações que alegam inconstitucionalidade da redução da jornada.

A Emenda Constitucional prevê uma transição gradual para que, em dezembro de 2027, a jornada passe a ser de 40 horas semanais com dois dias de descanso.

Fonte: Agência Brasil

Mercado é um grupo elitista e fechado, diz economista



Nas últimas semanas, os brasileiros dormiram e acordaram com a palavra mercado martelando as cabeças. A mídia toda se ocupou de dar voz a esse ente sem endereço ou CPF, que se sente no direito de definir a política econômica e fiscal do Lula 4 – que nem ainda começou.

Mas, afinal, quem é esse mercado tão cheio de pretensão e soberba? A Agência Sindical ouviu o economista e perito contábil Pedro Afonso Gomes. Ele atualmente integra o Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Pedro diz: "O chamado mercado representa apenas entre 0,5% e 1% dos brasileiros, somando os donos do capital, seus assessores e aliados esparramados por diversos setores e organizações". É insignificante perante uma população de 215 milhões de habitantes, mas fala grosso por defender altos interesses e concentrar 24,3% da renda nacional e 37,3% da riqueza declarada, segundo análise da Oxfam e dados do Ministério da Fazenda (DIRPF).

Conforme estudo da Secretaria de Política Econômica com base na DIRPF e também na PNAD Contínua do IBGE, os 10% mais ricos do País reúnem 52% da renda total, chegando a 64,2% da riqueza declarada.

O modelo defendido pelo mercado afronta a esmagadora maioria da população, mas, nas palavras de Pedro Afonso Gomes, "atrai setores importantes da economia, como parcela da indústria nacional". O setor industrial jogou pesado na candidatura extremista de Flávio Bolsonaro, começando pelo vultoso patrocínio de Paulo Skaff, presidente da Fiesp.

Para o economista, não se trata de um grupo que defende um projeto nacional, ainda que no campo neoliberal. "Eles defendem os interesses deles mesmos, por meio de fórmulas em que uns poucos ganham em detrimento das perdas para todo o restante da população", afirma Pedro Afonso.

Na verdade, esse grupo elitista ("mais que monopólio, formam oligopólio") e privilegiado combate toda e qualquer iniciativa governamental que acene com distribuição de renda. Eles somam, segundo o economista, um grupo em torno de 160 mil pessoas a quem interessam ganhos financeiros mantendo os juros altos.

Levantamentos mostram que esse 0,1% mais rico passou de dono de 9,1% da renda nacional em 2017 pra 12,5% em 2023. Pedro arremata: "Os interessados são poucos. Porém, os interesses são muito grandes".

Mais – Sites da Oxfam e do Cofecon.

Fonte: Agência Sindical

